



PROCESSO Nº	: 20.908-2/2017
ASSUNTO	: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA (AGRUPAMENTO DE MULTAS)
UNIDADE	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
RESPONSÁVEL	: ANTONIO RIBEIRO TORRES
RELATOR	: CONSELHEIRO PRESIDENTE DOMINGOS NETO

PARECER Nº 5.902/2019

EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA. AGRUPAMENTO DE MULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO. AGRUPAMENTO DE MULTAS. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL PELA PROCEDÊNCIA DO AGRUPAMENTO DE MULTAS. BAIXA NO SISTEMA CONTROL-P. REMESSA DOS AUTOS À PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE PARA EXECUÇÃO JUDICIAL.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de Representação de Natureza Interna formalizada pela Secretaria de Controle Externo, em face da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, no qual foi imputada multa ao Sr. Antonio Ribeiro Torres.
2. Em Decisão Singular nº 1052/JJM/2018, publicada em 22/11/2018, foi aplicada multa no valor de 1,8 UPFs ao responsável.
3. O Núcleo de Certificação de Controle de Sanções, à época dos fatos, sugeriu o arquivamento provisório da representação, nos termos do artigo 293, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, em razão do valor da multa não ser superior a 15 (quinze) UPFs/MT.



4. Em análise posterior, com o intuito do cumprimento das decisões deste Tribunal, o referido núcleo instaurou procedimento de verificação de multas pendentes de processos provisoriamente arquivados e constatou que o responsável possuía outras obrigações não quitadas perante este Tribunal.

5. Ao observar os valores resultantes das multas pendentes dos Processos n^{os} 209082/2017, 179450/2016, 82899/2016 e 73130/2014, concluiu-se que os agrupamentos podem ser objeto de execução judicial da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (PGE-MT), conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa, pois totalizam o valor de 28,80 UPFs/MT.

6. Diante disso, o referido núcleo sugeriu a emissão de decisão do agrupamento das MULTAS aplicadas ao Sr. Antonio Ribeiro Torres, que totalizam o valor de 28,80 UPFs/MT, para fins de execução judicial da PGE-MT.

7. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

8. Compulsando os autos, verifica-se que o Sr. Antonio Ribeiro Torres possui outros processos pendentes de pagamento com valores inferiores a 15 UPFs/MT, tornando-se necessária a adoção das medidas citadas pelo Núcleo de Certificação e Controle de Sanções, conforme o disposto no art. 293, caput, parágrafos 1^o, 2^o e 3^o, da Resolução do TCE/MT n^o 14/2007, com o intuito de possibilitar a execução da referida cobrança pela instituição competente. Veja-se:

Art. 293. Os processos cujas multas aplicadas não forem pagas no prazo estabelecido serão encaminhados para execução judicial, salvo aqueles cujo valor não ultrapasse 15 (quinze) UPF-MT, os quais serão arquivados provisoriamente sem a baixa do nome do responsável no cadastro de inadimplente do Tribunal de Contas.

§ 1^o. No final de cada exercício, a unidade responsável pelo controle de sanções, deverá sugerir ao Presidente do Tribunal de Contas o agrupamento, ao processo mais recente, das multas de até 15 (quinze) UPF-MT, aplicadas em processos distintos e ao mesmo responsável, independentemente da natureza da sanção, desde que, somadas, atinjam o valor limite de execução judicial.



§ 2º. O agrupamento disposto no § 1º implica na juntada de todos os processos envolvidos ao processo mais recente, onde será concentrada a totalidade das multas, através de acórdão.

§ 3º. As multas individuais referentes aos processos envolvidos nos procedimentos dispostos nos parágrafos anteriores, já lançadas no sistema de controle de sanções do Tribunal, serão baixadas pela mesma decisão colegiada citada no parágrafo anterior, e depois, somadas e lançadas sob um único saldo ao processo mais recente.

9. Desta feita, o Ministério Público de Contas manifesta-se pela procedência do agrupamento das multas aplicadas ao Sr. Antonio Ribeiro Torres com remessa dos autos à PGE para execução judicial dos débitos imputados e determinação ao Núcleo de Certificação e Controle de Sanções para que dê baixa no Sistema CONTROL-P das MULTAS pendentes de recolhimento referente aos processos envolvidos.

3. CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, no uso de suas atribuições constitucionais de defesa da ordem jurídica, da democracia e do interesse público, com espeque nos artigos 127 e 130 da Constituição da República, e com fulcro no artigo 293, §1º, §2º e §3º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Mato Grosso, **manifesta-se:**

a) pelo **procedência do agrupamento**, nos termos do art. 293, caput, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução do TCE/MT nº14/2007;

b) pela **remessa dos autos à Presidência deste Tribunal para apreciação da proposta de agrupamento das multas** aplicadas ao Sr. Antonio Ribeiro Torres, constantes nos processos n. 179450/2016 (multa de 6 UPFs/MT), n. 82899/2016 (multa de 10 UPFs/MT), n. 73130/2014 (multa de 11 UPFs/MT) e no processo principal (mais recente) n. 209082/2017 (multa de 1,8 UPFs/MT), totalizando o valor de 28,80 UPFs/MT, conforme art. 293, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução do TCE/MT nº 14/2007;

c) pela **determinação ao Núcleo de Certificação e Controle de Sanções**



para que dê baixa no Sistema CONTROL-P das MULTAS pendentes de recolhimento referente aos processos envolvidos, inclusive do presente processo e a inserção, ao processo mais recente (Processo nº 20.908-2/2017), do saldo total 28,80 UPFs/MT ;

d) pela remessa dos autos à Procuradoria Geral do Estado para proceder a execução judicial dos débitos imputados.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 09 de dezembro de 2019.

(assinatura digital)¹

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR
Procurador de Contas

(em substituição ao Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps – Ato nº 25/2019)

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.